



EDITORIAL

Maria Vieira Silva¹

Leonice Matilde Richter²

Vilma Aparecida de Souza³

A avaliação é uma categoria marcada por disputas no campo ideológico, político e pedagógico. Historicamente, a cultura avaliativa brasileira, até os anos 1990, estava associada à avaliação da aprendizagem; contudo, nas últimas décadas, a avaliação externa passou a ser campo de destaque, sobretudo em decorrência das influências internacionais de países como os Estados Unidos e a Inglaterra. Assim, o Estado brasileiro, em sintonia com esse movimento internacional, passou a incorporar e até mesmo a dar notório relevo às políticas e aos programas de avaliação externa, justificados pela defesa da avaliação como caminho para promover a qualidade da educação no país. Esse percurso já marca quase quatro décadas de experiência, desde as primeiras iniciativas, com a implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

¹ Presidente da Comissão Editorial da Revista Educação e Políticas em Debate. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com estágio de pós-doutorado realizado no *Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris – Université Paris VIII*. Professora Titular de Políticas e Gestão da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Coordenadora do Grupo de Pesquisa *Polis*, Políticas, Educação e Cidadania da UFU. Diretora de Formação e Desenvolvimento da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE). Membro do Grupo de Trabalho Estado e Políticas Educacionais da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e membro do Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES). *E-mail:* mvieiraufu@ufu.br. *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/0726794592785841>. *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0002-4510-0844>.

² Presidente adjunta da Comissão Editorial da Revista Educação e Políticas em Debate. Doutora em Educação pela UFU, com estágio doutoral da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) realizado na Universidade do Minho, sob a supervisão do Prof. Almerindo Janela. Professora adjunta de Políticas e Gestão da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Coordenadora adjunta do Grupo de Pesquisa *Polis*, Políticas, Educação e Cidadania da UFU. Membro da Anpae e do Cedes. *E-mail:* leonice@ufu.br. *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/9049041703208746>. *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0002-4510-0844>.

³ Editora adjunta da Comissão Editorial da Revista Educação e Políticas em Debate. Doutora em Educação pela UFU. Professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Membro do Grupo de Pesquisa *Polis*, Políticas, Educação e Cidadania da UFU. *E-mail:* vilmasouza@ufu.br. *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/1776641740982053>. *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0001-9420-0908>.

Instada, em grande medida, por políticas e programas lançados pelo Estado, a produção acadêmica tem edificado um expressivo volume de pesquisas concernentes ao tema “avaliação externa” quando assume, como objeto de estudo, as políticas de avaliação no âmbito nacional ou de estados e municípios. Tais produções abrangem uma diversidade de delimitações do objeto de investigação, de concepções e matrizes teóricas, o que garante o debate e a ampliação da análise, conferindo uma perspectiva democrática, plural e consistente do conhecimento científico ora constituído. Coletivamente, elas permitem produzir significativas sínteses, sempre datadas, relativas à temática analisada.

Ressalvamos que, ao longo das construções teóricas, a avaliação externa foi associada a termos como *accountability*, ranqueamento, bonificações, responsabilização, regulação, culpabilização, *vouchers*, afinilamento curricular, dentre outros marcados por aproximações, distanciamentos e particularidades que requerem o cuidado epistêmico ao nos apropriarmos deles. A título de exemplo, destacamos a análise de Afonso (2018, p. 9-10), que nos considera suscetíveis em gerar equívocos diante do “uso aleatório da expressão políticas de responsabilização (ou, simplesmente, o uso da palavra responsabilização) como sinônimo de *accountability*”. O autor assevera, ainda, que “parece que utilizar a expressão políticas de responsabilização como sinônimo de *accountability* é extremamente ambíguo e gera equívocos desnecessários” (*ibidem*, p. 11).

Quanto às análises críticas realizadas por diversos/as pesquisadores/as acerca da feição assumida pelas avaliações externas no Brasil, não raro, estas estão relacionadas ao sentido, à função e à forma como o Estado as desenvolve política e metodologicamente. Nesse caso, não raro, ele se limita à publicização de dados de testes padronizados de proficiência e taxas de aprovação, mas desconsidera um grande leque de variáveis que devem ser analisadas para aferir a realidade da educação básica e superior no país.

Outrossim, o Estado, ao transparecer a ideia de que já exerceu a sua função ao realizar e tornar público os dados, induz a sociedade a entender que a responsabilidade para resolver os problemas identificados nas avaliações é apenas da comunidade escolar, principalmente dos profissionais da área. Com essa postura, ele não se coloca como corresponsável, o que é preocupante diante da defasagem histórica de investimentos em educação pública no país e da atual “desarticulação” do Sistema Nacional de Educação, como avalia Saviani (2008). Tal posição evidencia, ainda, que o Estado desvirtua o sentido da avaliação externa, uma vez que esse nível da avaliação educacional deve fornecer dados concretos para a tomada de decisão, elaboração e implementação de políticas estatais necessárias para ele garantir as condições básicas de uma educação de qualidade em escala nacional (RICHTER, 2015).

Em grande medida, os impasses não incidem no questionamento da necessidade ou não da avaliação externa, pois ela;

[...] é fundamental para o sistema educacional, quando comprometida com uma educação emancipatória. Ela tem um papel central para compreender o percurso realizado, os problemas enfrentados e os fatores que limitam a conquista dos objetivos, seja no âmbito do sistema ou como uma das dimensões a serem observadas na avaliação institucional da escola; contribui para rever e reelaborar o posicionamento dos envolvidos diante da responsabilidade e ética com a educação, bem como para a tomada de decisão sobre quais ações seguir, com o intento de avançar no processo, tanto no campo da instituição quanto, centralmente, no âmbito do sistema nas políticas públicas de educação (RICHTER, 2015, p. 87).

Podemos inferir, ainda, que as políticas de avaliação externa provocam diferentes impactos na Organização do Trabalho Escolar, que, de acordo com a aproximação da avaliação sob uma perspectiva mais emancipatória e democrática ou, ao contrário, de um viés excludente e autoritário, podem gerar efeitos que contribuem com a promoção ou precarização da qualidade da educação. Assim, a forma como o Estado assume sua postura como avaliador pode provocar efeitos colaterais que se desdobram em diferentes dimensões educacionais do país e afetam a relação entre os entes federados, as escolas ou, especialmente, as pessoas que vivem direta ou indiretamente o contexto escolar, como os profissionais da educação, os estudantes, os pais e a sociedade em si, que passa a ser significativamente influenciada pelos resultados das avaliações externas, assumindo-os como critério de julgamento sobre a qualidade da escola pública.

Concernente ao tema em tela, podemos entender que essa categoria abarca muitos dissensos, contradições e disputas. Nessa perspectiva, a *Revista Educação e Políticas em Debate* se propõe a contribuir com o fomento do debate acerca da avaliação externa, por meio da publicação de textos submetidos ao *Dossiê: Políticas de Avaliação Externa e a Questão da Qualidade da Educação no Brasil*. Este último conta com a participação de pesquisadores/as de diferentes regiões do país que assumem distintos enfoques de análise para apontar as contradições e disputas que envolvem esse nível da avaliação educacional.

O Dossiê conta com uma profícua entrevista com Mara Regina Lemes de Sordi, professora da Faculdade de Educação da Universidade de Campinas (Unicamp), que reflete sobre os paradoxos da avaliação; a multidimensionalidade da avaliação e sua centralidade para a consolidação da qualidade da escola pública; o posicionamento dos profissionais da educação frente a essas políticas; e os movimentos de contrarregulação e de diálogo propositivo acerca da avaliação.

Além da entrevista e dos artigos que compõem o referido Dossiê, o presente número conta com importantes textos na seção “Demanda Contínua”, os quais abordam problemáticas atinentes às políticas educacionais. O artigo “Processos gestores da escola da

Educação de Jovens e Adultos: um exemplo no Senac”, de Lauredite Silva Trindade Santana, professora da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Rede Estadual de Educação da Bahia e Antonio Amorim, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), analisa os processos de gestão de uma escola que oferece a modalidade EJA, com foco na relação entre o papel do gestor e a qualidade da formação desenvolvida no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial daquele estado (Senac-Bahia). Com isso, os autores pretendem compreender a gestão e o modelo educacional adotado, bem como verificar se esse aspecto contribui para uma educação efetiva e consolida a proposta pedagógica.

O artigo “Escola de Tempo Integral e Juventude: a experiência da cidade de Governador Valadares/MG”, de Marcus Vinícius Fonseca, da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e Roosvany Beltrame Rocha, da Secretaria Municipal de Educação de Governador Valadares/MG, analisa a escola de tempo integral que foi implementada no referido município, em que detectam elevados índices de evasão e transferência, sobretudo entre os jovens que a frequentavam. Por meio de um estudo de caso, os autores identificam os elementos que concorreram para a resistência desse público em relação a esse tipo de instituição.

Por fim ressaltamos que, com o presente trabalho da *Revista Educação e Políticas em Debate*, ensejamos colaborar com as análises e provocar debates em defesa de uma proposta de avaliação externa sustentada por uma concepção formativa e emancipatória, cujo sentido maior seja garantir o acesso, a permanência e a educação de qualidade socialmente referenciada para todos/as de forma gratuita, democrática e pública. Vale lembrar que esses nuances da avaliação se tornam imprescindíveis em um cenário de constantes ataques ao princípio democrático da educação escolar.

Manifestamos também o nosso agradecimento às importantes contribuições da organizadora do dossiê, dos/as autores/as, dos/as pareceristas, da secretária da Revista e dos revisores que trabalharam para disponibilizar produções acadêmicas de qualidade aos leitores.

Desejamos uma excelente leitura!

Referências

AFONSO, Almerindo Janela. Políticas de responsabilização: equívocos semânticos ou ambiguidades político-ideológicas? **Revista de Educação PUC-Campinas**, [S.I.], v. 23, n. 1, p. 8-18, mar. 2018. ISSN 2318-0870. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/4052>>. Acesso em: 19 jun. 2020. doi: <https://doi.org/10.24220/2318-0870v23n1a4052>.

RICHTER, Leonice Matilde. **Trabalho docente, políticas de avaliação em larga escala e accountability no Brasil e em Portugal**. 2015. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

SAVIANI, Dermeval. Desafios da construção de um sistema nacional articulado de educação. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 6, n. 2, jul./out. 2008. Acesso em: 19 jun. 2020. doi: <https://doi.org/10.1590/s1981-77462008000200002>.